



DÍALOGOS PROMOVIDOS PELO JORNAL COMUNITÁRIO DO BEIRU

Daiane Nascimento Santos
Universidade do Estado da Bahia
nanesantos_@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O advento da *internet* atraiu o setor da comunicação com a perspectiva de lucro, criando mais um produto, circulando conforme as leis do mercado de oferta e procura. No entanto, permite que os sujeitos descubram novas possibilidades de expressão e interação, visto que o acesso à comunicação viabiliza o desenvolvimento de meios alternativos e/ou cooperativos, os quais indivíduos, além de disporem das informações, tornam-se também produtores destas, através do uso das tecnologias apropriadas, a exemplo das redes sociais virtuais, como: *blog, twitter, facebook, youtube, instagram, snapchat, periscope, whatsapp*, dentre outros.

Não obstante os movimentos sociais, culturais e informacionais, já utilizam alternativas de acesso e produção de comunicação, a exemplo das rádios comunitárias, jornais e informativos comunitários, assim como canais virtuais que tratam das questões de bairro. É importante salientar o sentido da visibilidade que a comunicação comunitária proporciona às ações da comunidade, fomentando redes sociais voltadas para o fortalecimento de um conjunto de produtos e produções direcionados ao bem comum, estando a serviço do exercício da cidadania e da transformação social. Afinal, no desenvolvimento dos processos de comunicação no país, se manteve uma política de dominação e subordinação de seus aspectos à ordem vigente e aos padrões elitistas.

Uma possibilidade de fomentar redes sociais é através da organização e do planejamento para o Turismo de Base Comunitária (TBC), no qual o protagonismo é da população local, fortalecendo as associações e cooperativas, viabilizando, assim, projetos comunitários. O TBC, aliado à prática dos princípios da economia popular e solidária, se configura como um instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo, assim como a comunicação comunitária, que pode ser a difusora do (re) conhecimento construído com a comunidade, afirmando a identidade local, o que possibilita uma relação de parceria e troca com o turista e/ou visitante.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Nessa análise, apresentamos os saberes sobre o bairro Beiru/Tancredo Neves, situado no antigo Quilombo Cabula (combatido no século XIX). O bairro sofreu mudança de nome em 1985, por isso os dois nomes são utilizados para identificá-lo. A atuação do jornal comunitário local, Jornal do Beiru, foi um significativo instrumento de socialização dos saberes, fazeres e sabores do referido bairro. As atividades do referido veículo estão paralisadas devido à impossibilidade de autossustentação financeira, contudo as ações que foram desenvolvidas são de extrema relevância para parte da comunidade local, o que justifica tal abordagem como incentivo para a mobilização em outras comunidades e o retorno das atividades no próprio Beirú/Tancredo Neves.

No intuito de conhecer as experiências locais, procuramos pelas evidências através de manuscritos impressos, orais e imagéticos. Uma das formas de investigação foi através da memória coletiva presente na comunidade. Partindo do real, a memória coletiva opera através de uma dimensão na qual as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da sua construção.

A escolha pelo objeto de estudo é resultado da formação da pesquisadora: Comunicóloga com habilitação em Publicidade e Propaganda e Mestra em Políticas Públicas, Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. Assim como, o engajamento em trabalhar com comunicação comunitária, colaborativa, participativa e alternativa, objetivando a democratização do serviço de comunicação e sua configuração em um serviço efetivamente público.

O bairro do Beiru/Tancredo Neves foi escolhido devido ao fato de essa região ter sido construída a partir do combate e resistência dos negros escravizados no período da colonização. Portanto, é importante trazer a figura do arquétipo ancestral, o Negro Beiru, personagem da nossa história local, pouco mencionado na literatura brasileira, ou seja, desconhecido por crianças, jovens e adultos.

2 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A comunicação se constitui enquanto uma realização histórica dos fenômenos sociais e não pode ser verificada fora do contexto econômico, social, político e cultural. Rudiger (1998) adverte que o sentido da comunicação:

[...] deve ser reservado à interação humana, à troca de mensagens entre os seres humanos, sejam quais forem os aparatos responsáveis por sua mediação. A



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

comunicação representa um processo social primário, com relação ao qual os chamados meios de comunicação de massa são simplesmente a mediação tecnológica: em suas extremidades se encontram sempre as pessoas, o mundo da vida em sociedade. (RUDIGER, 1998, p. 17).

É um processo social primário de interação e socialização da humanidade, afinal, a base da vida em sociedade foi formada através dos primeiros sinais de comunicação, das trocas simbólicas e da expressividade natural do homem.

Com a Revolução Industrial e Tecnológica, surgem, na sociedade, novos instrumentos capazes de romper barreiras geográficas, linguísticas e culturais; são os meios de comunicação de massa que motivaram os estudos e suscitaram a reflexão acerca da problemática da comunicação. Essa forma de comunicação de massa, realizada através dos meios eletrônicos como a televisão e o rádio, e dos meios impressos como o jornal e a revista, possibilitou o alcance de audiências de massa e a supressão do tempo e da distância.

Com a expansão e o fortalecimento da economia em âmbito global, que incluem indústria, comércio e serviços, gerou-se uma lógica de mercado que impõe valores e condicionamentos sobre os modos de produção e distribuição dos meios de comunicação de massa, comprometendo os conteúdos e a natureza da informação. A partir daí, surgem alguns desafios a serem superados em diálogo com a sociedade: a uniformização e a superficialidade dos conteúdos; o desequilíbrio dos fluxos de informação; a falta de diversidade cultural; o monopólio das redes de comunicação; o papel regulador do Estado; a redefinição de serviço público em termos de comunicação e informação; e a falta de participação popular.

No nosso país, há uma instância que dita e controla as regras de funcionamento nacional dos meios de comunicação de massa, ou seja, há uma regulamentação que permite aos meios desempenharem seus papéis, visto que estes influenciam nos aspectos da vida cultural, social, política e econômica do país. Lopes (2005) afirma que:

[...] a história recente da sociedade brasileira mostra que o governo militar combinou dois aspectos não necessariamente antagônicos: a organização de um Estado autoritário e o desenvolvimento econômico. [...] Paralelamente à expansão do mercado material interno, o Estado implanta a infra-estrutura tecnológica do sistema de telecomunicações (sistema de satélite, Telebrás, Embratel) e sistema básico de microondas (possibilidade de integração nacional por TV, TV em cores – 1972), que permite pela primeira vez falar adequadamente na consolidação de um mercado cultural nacional. (LOPES, 2005, p. 26).



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Em vista disso, a relação entre o Estado brasileiro e a cultura popular se dá da seguinte forma, de acordo com Lopes (2005, p. 26): “[...] a atuação do Estado brasileiro na Indústria Cultural parece cada vez menos suscetível de recepcionar o popular em suas realizações, uma vez que estas atendem predominantemente às demandas às elites culturais”.

Esse autor, ainda, situa que: “A problemática da cultura popular tem sido uma questão política porque sempre esteve profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e a própria construção do Estado” (Ibidem, p. 23).

O processo de comunicação comunitária se configura como uma nova maneira de pensar o popular, ligando comunicação e cultura, adotando uma postura mais dialética e flexível, “admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, como as redes virtuais, a internet, por exemplo.” (PERUZZO, 1998, p. 120).

Porém, a participação dos indivíduos na comunicação popular não está relacionada somente à produção de meios, “[...] ela perpassa as relações interpessoais e grupais e ali ajuda a construir a base de uma nova cultura política (PERUZZO, 1998, p. 127)”.

Um dos entraves na construção de projetos de comunicação comunitária é o problema financeiro, afinal a autossustentação, um dos pilares de sua autonomia, é difícil de ser atingida, como nos traz Peruzzo (1998):

[...] os movimentos populares acabam apostando mais na comunicação interpessoal e grupal e adotando meios mais cômodos, mais ágeis e menos onerosos. Assim valem-se especialmente de contatos informais, reuniões, e assembleias. Boletins, panfletos, cartazes e cartas são bastante explorados. Os instrumentos que requerem mais elaboração técnica e mais recursos como sequências de slides, alto-falantes e vídeo, por exemplo, são menos usados. (PERUZZO, 1998, p. 150).

A comunicação comunitária tem uma relação direta com a cultura popular, visto que esta se define enquanto movimento de resistência e ação, se configurando numa nova práxis, em que o sujeito se aquiesce como a força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios desenvolvidos nas comunidades, ampliando os direitos da cidadania. Todavia Lopes (2005, p. 65) discute que: “não é por ser do ‘povo’ que a cultura popular é, a priori, revolucionária e contestadora, nem conformista e reprodutora do *status quo*”.

A partir do engajamento social da comunidade, no exercício da construção coletiva da história do bairro Beiru/Tancredo Neves e suas repercussões no cotidiano local, gradativamente, os participantes se envolvem de maneira mais proveitosa no desenvolvimento



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

das atividades comunitárias, inclusive no que tange à comunicação comunitária e ao TBC. Em relação ao trabalho com temas locais, Peruzzo (1998) assevera que:

A comunicação popular, ao abordar temas locais ou específicos, tende a despertar o interesse por parte da audiência, pelo fato de o conteúdo e os personagens terem relação mais direta com as pessoas. Os programas não são espetáculos a que se assiste, mas dos quais se participa, o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e de cultivo dos valores históricos e culturais. (PERUZZO, 1998, p. 157).

Essa afirmação de Peruzzo expressa nitidamente a proposta de análise do Jornal Comunitário do Beiru/Tancredo Neves.

3 QUILOMBO CABULA E O NEGRO BEIRU

O Negro Beiru chegou ao Brasil no século XIX e viveu em um pedaço de fazenda conhecido como Capoeirão, onde, atualmente, podemos situar desde o Largo da Jaqueira, no Cabula, até o bairro da Engomadeira, onde havia um rio no qual as negras escravizadas engomavam as roupas dos patrões colonizadores. Esse espaço se configurava como um lugar de combate e resistência negra e era parte do Quilombo Cabula, desterritorializado em 1807 (NUNES, 2008).

Na busca pela história do bairro Beiru/Tancredo Neves, coletamos, através de um informativo, os documentos: Certidão de Fazenda, Registro de Imóveis e Hipotecas e Registro de Cartório da Marquesa de Niza, documentos importantes no conhecimento acerca do bairro. No informativo se afirma:

a Marquesa de Nisa, como consta nas escrituras, era dona dessas terras, ponto que necessita de mais pesquisas, fala a professora Norma Ribeiro. O nome Beiru carrega uma história importante para o bairro. Beiru foi um escravo da fazenda Campo Seco, conhecido por Preto Beiru, cujo nome em ioruba, sua língua nativa, se escreve GBEIRU. Em 1845, ele ganhou parte desta fazenda que pertencia à família Silva Garcia. Ele pôde, então, formar um quilombo. [...]. Preto Beiru nasceu em Oió, uma cidade da Nigéria, país africano, segundo está registrado na escritura das terras que recebeu da família Silva Garcia. (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CARNAVALESCA MUNDO NEGRO, 2007, p. 14).

O referido informativo intitulado Beiru foi organizado pela Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro, do próprio bairro, com apoio da Fundação Pedro Calmon; da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); e



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Associação Nacional dos Advogados Afrodescendentes (ANAAD), em novembro de 2007, foi publicada sua primeira edição.

O Quilombo Cabula, pela historiografia oficial, foi destruído em 1807, portanto pode ser que o Negro Beiru tenha vivido nessas terras no período descrito, inclusive consta na memória coletiva da comunidade que ele desembarcou nesse território entre 1800 e 1820, e ganhou parte da fazenda em 1845. Existem duas possibilidades que justificam a doação dessas terras: uma de que ele foi um servo que, através do trabalho, foi ganhando a confiança de seus donos, e a segunda de que ele era capataz da família Hélio Silva Garcia. Contudo existe uma relação entre o referido quilombo e esse personagem histórico, afinal na criação de territórios de resistência, os negros africanos escravizados sabiam preservar a herança de suas histórias de levantes contra a perversidade da escravidão que se fez cultivada e passada de geração em geração. É possível que, mesmo de forma individual, os negros escravizados tenham buscado alguma resistência ao sistema escravista, como pontua Reis (2003):

Mas é também hora de dizer com todas as letras que a maioria dos escravos, inclusive entre haussás e nagôs, já desde muito havia optado por outros meios de resistência diferentes da sublevação coletiva. Durante aqueles anos de divisão entre os baianos, alguns até buscaram explorar vantagens pessoais dentro e fora dos movimentos dos livres. A partir de agora as fugas, a desobediência, a ousadia individual, a resistência cultural, antes concomitante substituiriam a revolta coletiva. (REIS, 2003, p. 121).

Presume-se que o Negro Beiru tenha usado suas estratégias pessoais em busca de uma vida mais digna dentro do sistema escravocrata, criando, assim, alianças com os senhores das terras em que trabalhava.

4 O BAIRRO BEIRU/TANCREDO NEVES

O Beiru/Tancredo Neves é o único bairro em Salvador com o nome de um negro escravizado chamado G'Beiru, conforme afirma o livro informativo sobre o bairro:

Beiru é o nome de um afrodescendente, como a maioria dos que vivem aqui. Essas terras, após a morte do escravo, voltaram para a família de origem, já que o Preto Beiru, como era chamado, não tinha herdeiros libertos. Os Garcia, em gratidão ao seu falecido escravo, resolveram homenageá-lo, dando o nome de Beiru a sua fazenda, como se conta nas escrituras do século XIX. As terras foram então vendidas a Miguel Arcanjo, primeiro residente da área. Anos mais tarde, ele fundou um terreiro de Candomblé no local onde estava a Casa-Grande da Fazenda Beiru. A venda das terras data de 1910. (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CARNAVALESCA MUNDO NEGRO, 2007, p. 14-15).



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Esse nome é significativo para os moradores, tendo em vista que com a proposta de mudança de nome do bairro de Beiru para Tancredo Neves a comunidade se uniu em busca da afirmação do primeiro nome, e conquistaram Beiru atrelado a Tancredo Neves. A força desse nome é evidenciada no projeto do livro informativo que tem por título Beiru, e traz, inclusive, um pedido de tombamento do bairro como patrimônio imaterial, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No Beiru/Tancredo Neves, são reunidos os aspectos do universo civilizatório africano na constituição da sua territorialidade, devido à sua especificidade histórica, pois remonta a um arquétipo ancestral, o Negro Beiru, e à preservação de muitos elementos da religiosidade afro-brasileira, oriundas dos rituais realizados nas matas do Quilombo Cabula. Devido ao número significativo de Terreiros de Candomblé no Beiru/Tancredo Neves, cabe, aqui, apresentar uma informação, por ocasião da programação de homenagens da Federação Baiana do Culto Afro-brasileiro, no ano de 1976:

[...] o Governador do Estado foi alvo de várias homenagens prestadas pela comunidade religiosa afro-baiana. Destaca-se aqui a da Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro que lhe concedeu o título de Benemérito e ofereceu um “Opaxorô de Oxalá” como símbolo de gratidão por ter ele liberado os candomblés da Bahia da chancela policial. (BRAGA, 1995, p. 185).

Braga (1995) traz a citação de uma matéria do Jornal da Bahia, em que demonstra o Beiru sendo palco da referida homenagem:

A festa de agradecimento programada pela Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro prevê para às 16 horas a inauguração dos retratos do Governador Roberto Santos e do ex-Governador Juracy Magalhães na galeria de honra da Federação. Às 19 horas, será co-celebrada missa solene, na Igreja da Misericórdia. Às 21 horas, o Governador Roberto Santos e a Sra. Maria Amélia se deslocarão para o terreiro Ilê Tomim Bokun, no Beiru, onde serão homenageados. A entrada do casal os atabaques baterão, enquanto dezenas de pombas brancas, em revoada, se soltarão no terreiro. (JORNAL DA BAHIA APUD BRAGA, 1995, p. 186).

Para que a justiça ao histórico do território aconteça, toda a comunidade deve estar engajada na promoção da referida história, aliada às práticas de preservação e conscientização. Um dos instrumentos dessa mobilização foi o Jornal do Beiru, conforme será apresentado mais adiante.

O bairro Beiru/Tancredo Neves é considerado remanescente de quilombo e possui considerável extensão territorial. Atualmente, a estrutura do bairro se configura da seguinte forma: quatro escolas públicas; uma delegacia da polícia civil; um centro de saúde; linhas de transporte (insuficiente, de acordo com a comunidade); saneamento básico; luz elétrica



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

(inacessível a uma parcela de moradores); cooperativa de velas e sabonetes; hipermercados; padarias; lojas; restaurantes; bancas de trabalhadores informais; Igreja Universal do Reino de Deus (a segunda maior da cidade); somente uma praça de esporte e lazer; o Centro de Integração Familiar (CEIFAR); associações comunitárias; liga desportiva Quilombo do Beiru; dentre outras instituições e grupos. Outro aspecto a ser considerado é a predominância do comércio local, com os estabelecimentos e as feiras livres.

O contexto socioeconômico do bairro do Cabula e entorno, inclusive o bairro Beiru/Tancredo Neves, é fortemente marcado por uma população afrodescendente, predominantemente pobre economicamente e carente de ações de políticas públicas. Contudo a população local “[...] está ancorada na experiência negro-africana em solo brasileiro, que mantém e atualiza sua forma cultural, seja na capoeira angola, no candomblé tradicional, na economia popular das favelas etc”. (OLIVEIRA, 2007, p. 38).

A comunidade é entendida como a população local, constituída dos que vivem, residem, resistem e, historicamente, têm um sentimento de pertença ao local.

4.1 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BEIRU/TANCREDO NEVES

As experiências do Informativo Beiru, do Cordel do Beiru e do Jornal Comunitário do Beiru se configuram como ações em busca da difusão e do (re) conhecimento da história do bairro Beiru/Tancredo Neves, o que as caracterizam como ações resultantes do momento histórico e do contexto social no qual esses moradores estão inseridos. Vale ressaltar que comumente esse bairro é apresentado pela grande mídia, em particular, pelos programas de televisão e pelos jornais impressos, pelo viés da violência e do tráfico de drogas.

A produção do Cordel “O Negro Beiru” foi premiada na 8ª Bienal do Livro da Bahia na categoria “Minha Primeira Impressão”, escrito pelo estudante de Letras Vernáculas da UNEB, Davi Nunes. Já o informativo Beiru, foi organizado pela Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro, com 26 anos de atuação na comunidade e, assim como outros blocos afros de Salvador, busca resistência e legitimação da cultura afro-brasileira.

Referente ao jornal comunitário denominado Jornal do Beiru, foi criado, em 2002, com a intenção de desenvolver um trabalho de conscientização da negritude com a comunidade do bairro, em especial, com os jovens. O primeiro período do projeto do jornal aconteceu entre os anos de 2002 e 2005 e tinha sede no final de linha de transportes do bairro. Nesse primeiro período, o Jornal do Beiru publicou nove edições, realizadas por jovens



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

estudantes do Colégio Estadual Helena Magalhães, uma das quatro escolas públicas do bairro. Apesar de estar aberta a toda comunidade do bairro, a participação mais intensa dos alunos da referida escola se deu porque estes já participavam ativamente das questões escolares, através dos grêmios estudantis. Devido à dificuldade financeira, o projeto ficou sem produção e publicação durante cinco anos.

Em 2011, o projeto do Jornal do Beiru foi retomado, através do financiamento do Edital Cultura Negra, realizado pela Fundação Pedro Calmon, em parceria com o Fundo de Fomento à Cultura do Estado da Bahia. Com o título “Oficina Permanente de Jornalismo do Jornal do Beirú: memória e história afrodescendente”, duas publicações foram possíveis, entre setembro de 2011 e janeiro de 2012, tendo como protagonistas cerca de 40 jovens da comunidade, selecionados pela equipe executora do projeto, que tinha na sua composição três estudantes que participaram da primeira edição. Portanto, o objetivo era que os formandos se apropriassem do projeto em busca de novos editais e outras formas de sustentação. Os referidos jovens obtiveram formação sobre: cidadania, consciência negra, redação jornalística, fotografia, diagramação e produção gráfica.

Com distribuição gratuita e feita de porta em porta pela equipe de coordenação e educandos do projeto, o Jornal do Beiru trouxe em suas reportagens assuntos sobre violência e infraestrutura do bairro, entretanto em menor quantidade e com certa acuidade, priorizando a publicação de reportagens sobre as produções culturais e artísticas do bairro, como o grafite e o *hip hop*; preconceitos referentes à raça, ao gênero, à sexualidade e à religiosidade, assim como a matérias sobre a origem do bairro, o que nos interessa abordar. Tendo em vista essas informações, podemos avaliar que o Jornal do Beiru publicou sobre arte, cultura, música, esporte, além de ter trazido reportagens sobre a história do bairro, contadas pelos próprios moradores.

O referido veículo trazia chamadas em suas edições, convocando a participação da comunidade na construção do conhecimento acerca de sua história. No projeto de retomada do projeto do jornal, mais especificamente nas oficinas de fotografia, foi realizada uma atividade na qual os educandos registravam fotos de moradores do bairro, que posteriormente foram impressas e coladas, pelas equipes, nos muros das casas, das escolas e dos estabelecimentos comerciais, no dia do fechamento das atividades da retomada do projeto.

Nesse dia de fechamento, foi realizado o Seminário que teve por tema: Comunicação, Linguagens e a Luta Antirracista, na Escola Zumbi dos Palmares, a qual fica no final de linha do bairro Beiru/Tancredo Neves. Relevante destacar que o problema da



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

autossustentação, segundo Peruzzo (1998), é a razão pela qual o projeto atualmente não está em andamento.

Na primeira publicação do jornal, em novembro de 2002, a reportagem de capa foi sobre a história do bairro e a problematização da mudança do nome, inclusive com a afirmação de que em “[...] cada edição vamos trazer um capítulo da história do bairro [...]” (JORNAL DO BEIRU, 2002, p. 1). Importante informar que tivemos dificuldade no acesso às edições, visto que não há uma sistematização sobre arquivamento destas, sendo necessária a busca minuciosa com os moradores que participaram como integrantes da equipe de atuação do projeto.

Sobre a organização da comunidade, é fundamental trazer à discussão o conceito de capital social, que é um elemento importante para o entendimento da funcionalidade das relações humanas. Putman (2000) indica que o engajamento cívico e o associativismo podem gerar melhorias nas condições do bem-estar de uma comunidade, entretanto o contexto histórico-cultural é decisivo, pois o processo se dá de forma lenta, sendo necessárias a confiança e a solidariedade. Segundo o referido autor: “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos” (PUTMAN, 2000, p. 1).

Outro autor que traz essa análise é Bourdieu (1980, p. 67), que definiu o conceito de capital social como: “o agregado de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de aquiescência ou reconhecimento mútuo”.

Por motivos já apresentados, o bairro Beiru/Tancredo Neves se caracteriza por uma cultura marcadamente aguerrida e combatida, por isso se faz necessário considerar sobre os afrodescendentes e a cultura africana no Brasil, em busca de afirmação e ampliação da sua liberdade. Cabe aqui a afirmação de Oliveira (2007):

O legado da cultura africana se multiplicou em muitas, mas para efeitos de discurso, de ideologia e de política, e também para efeitos ontológicos e lógicos, é preciso estabelecer esse como o lugar de referência, muito embora essa referência não seja metafísica, mas empírica, histórica e socialmente construída. O entre-lugar da cultura afrodescendente é o que permite a ela estar em todos os lugares e ali jogar com suas possibilidades, que são sempre possibilidades de contexto. (OLIVEIRA, 2007, p. 63).



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Por conseguinte, a cultura afro-brasileira é marcada pela ancestralidade que é fruto da desterritorialização provocada pela diáspora e, por meio dela, a África se faz presente nos afrodescendentes, inclusive nos moradores do Beiru/Tancredo Neves.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a globalização, a mundialização e o comércio das culturas, se acentuou a influência de uma cultura sobre a outra, o que pode ser considerada uma explicação para o afastamento dos indivíduos de sua própria história. Dessa forma, “a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (SANTOS, 2009, p. 329) que representa, claramente, a permanência e a resistência do nome do bairro Beiru/Tancredo Neves, único bairro em Salvador com o nome de um negro escravizado.

A proposta metodológica desenvolvida e a discussão teórica que a sustentou direcionaram para a sinalização das possibilidades das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) em prol de um processo de desenvolvimento de ações de comunicação comunitária. Esses veículos se configuram como meios de divulgação e de propagação do conhecimento. Todavia é importante salientar que o veículo de comunicação por si só não é capaz de gerar mudanças sociais, pois se configura enquanto ferramenta utilizada numa prática em que a ação humana será imprescindível.

Dessa forma, a proposta aqui é fomentar ações como do Jornal do Beiru, para que se multipliquem nas periferias das grandes cidades e promovam a interação e o desenvolvimento social local. Para tal, é necessário superar dificuldades, como: estrutura e funcionamento que, por não terem um caráter comercial, dificultam a autossustentação; assim como agentes que se comprometam com a produção de pautas. Uma proposta é a de iniciar, através das redes sociais virtuais, como: *blog, twitter, facebook, youtube, instagram, snapchat, periscope, whatsapp*, dentre outros, buscando posteriormente possibilidades para impressão e circulação.

Tão importante quanto a luta e a reivindicação para melhorias na educação, na saúde, no saneamento básico, na moradia, na segurança, é também a reivindicação pelo serviço efetivamente público de comunicação no país. E essas experiências iniciais e locais, como a abordada, subsidiam futuras ações em âmbito nacional.



REFERÊNCIAS

- BEIRU, **Associação comunitária e carnavalesca mundo negro**. Salvador: Edição Educativa, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social – notes provisoires. In: **Actes de La recherche em scienses sociales**, Paris, n. 31, janeiro de 1980, p. 23 Trad. Denise Barbara Catani; Afrânio Mendes Catani.
- BRAGA, JULIO. **Na Gamela do feitiço**: Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 1, nov. 2002.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 2, mar. 2003.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 4, maio 2003.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 5, ago. 2003.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 6, nov. 2003.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 7, dez. 2003.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 8, maio 2004.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 8, fev. 2005.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 9, set. 2005.
- JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 10, nov./dez. 2011.
- LOPES, Maria Imacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- NUNES, Davi. **O Negro Beiru** – Literatura de Cordel. Salvador. Universidade do Estado da Bahia, 2008.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. **A ancestralidade na encruzilhada**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.
- _____, Eduardo David. **Filosofia da ancestralidade**: corpo de mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.
- PERUZZO, Cecília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim, 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**, São Paulo: Edicon, 1998.